

JURO MAIS BAIXO?

Reducir o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre os ganhos em aplicações e extinguir o imposto de renda retido na fonte, transferindo-o para a declaração do investidor; fortalecimento do Banco do Brasil como "instrumento moderador" de taxas de juros; e reduzir a concentração bancária no País. Estas são sugestões feitas por cinco grupos técnicos do Banco Central e do Ministério da Fazenda, com vistas à elaboração de um projeto de reforma do sistema financeiro nacional, em contrapartida a um empréstimo de US\$ 500 milhões que o Banco Mundial pretende fazer ao Brasil.

O relatório dos grupos de trabalho já compõe um volume de 500 páginas. Na próxima segunda-feira, haverá uma reunião dos cinco coordenadores desses grupos para "sistematizar" as propostas, a serem entregues posteriormente ao secretário do Tesouro Nacional, Andréa Calabi, e em seguida ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira. O retorno dos estudos sobre uma reforma bancária no Brasil é resultado de uma reunião formal que agentes do Banco Mundial promoveram, em 5 de maio último, com funcionários da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os grupos técnicos propõem, para reduzir a concentração do sistema financeiro brasileiro, mais facilidades para o ingresso de novos bancos e dificultar a expansão dos grandes conglomerados com objetivo de aumentar a concorrência e assim diminuir o diferencial entre taxas de captação e de aplicação. Quanto ao Banco do Brasil, os grupos técnicos sugerem o seu fortalecimento como banco múltiplo, e, assim, ampliar o poder moderador que esta instituição "exerce sobre o mercado e como forma de redução das taxas de juros e desconcentração do crédito". Em 1978, o BB detinha 32% do total dos empréstimos ao setor privado e, por isso, exercia certa influência sobre as taxas de juros, mas a partir daí o banco reduziu sua participação no mercado e esse poder.

O estudo propõe ainda a alocação no orçamento da União do volume de subsídios dados aos setores da economia (crédito rural, microempresas) e o estabelecimento de políticas regionais de desenvolvimento, a fim de "provocar alívio nas pressões por créditos subsidiados", resultantes de distorções destas mesmas políticas.

Outra alternativa para reduzir as taxas de juros reais, apontada pelo relatório, é a criação de "instrumentos institucionais que forcem os bancos a ampliar o horizonte temporal de seus créditos", uma vez que grande parte do dinheiro concentra-se nos mercados de curto prazo. Para que isso ocorra, na prática, os técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central propõem a criação de um título privado de longo prazo, com correção monetária plena, a ser usado pelo sistema bancário para captar recursos destinados a financiar os investimentos de longa maturação.